

# Papel para o lixo

ANC  
pg 13  
José Nêumanne Pinto

**P**OR estes dias, os 559 constituintes, eleitos legitimamente por 60 milhões de cidadãos da segunda maior democracia do mundo, receberão um livro com capa plastificada e colorida — **As sugestões do povo de São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte** —, no qual a Secretaria de Descentralização e Participação do Governo do Estado de São Paulo pretende resumir os anseios dos paulistas, contribuições do povo do Estado para o trabalho difícil, muito complexo, de redigir uma nova Constituição para o Brasil.

Um caçador de pérolas do anedotário, como Sebastião Néri, por exemplo, terá lama aurífera de primeira qualidade, para preencher livros sobre o folclore político brasileiro, se consultar superficialmente o livro que o governador Franco Montoro já entregou solenemente ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. A bela Bruna Lombardi, que dá corpo à figura fictícia da juíza Lúcia Brandão na telenovela **Roda de Fogo**, de Lauro César Muniz, tem uma idéia de uma impraticabilidade cômica e aterradora. Ela considera, com justiça, que todos devem participar da confecção da Constituição e, por isso, sugere que todas as escolas, associações, entidades, sindicatos etc. façam cada um a sua própria constituição particular, para que da soma total de todas, tirada a média, se chegue à Constituição do Brasil, esta sim democrática e pluralista, porque resultado da reunião de todas as Constituições da sociedade civil.

O leitor apressado poderá pensar que a barroca sugestão da bela Lombardi seja imbatível no campo do absurdo cômico, dentro do livrão preparado pelo governo de São Paulo, mas sou obrigado a decepcioná-lo, garantindo que o leitor atento encontrará muitos motivos mais para seu espanto ou sua perplexa gargalhada. Há quem peça que a Constituição contemple, em sua grandeza, uma reles e fascistoide proibição dos programas de polícia feitos por Gil Gomes e Afanásio Jazadji no rádio, artigo com o qual certamente não concordarão os 558 mil 133 eleitores que escreveram o complicadíssimo nome do último na cédula, levando-o à Assem-

bléia Legislativa do mesmo Estado que apresenta tal sugestão censória aos constituintes.

A coisa seria cômica, mas só se não fosse trágica. O absurdo não é um livro assim conter outra sugestão, como aquela feita por uma senhora, de que deveria ser abolida a figura legal que permite a anulação do casamento, quando a mulher se apresenta ao tálamo conjugal sem o hímen regulamentar. O absurdo é que o livro exista. Certamente quem o planejou não está levando muito a sério esta história de eleger 559 pessoas para que trabalhem duro na redação de um texto que possa, em primeiro lugar, sacramentar o pacto social de que tanto carece o Brasil; em segundo lugar, criar instituições impessoais e sólidas, sem as quais a democracia é apenas retórica; e, em terceiro lugar, **but not the least**, sintonizar a representação política e o arcabouço jurídico do estado com a dinâmica muitas vezes mais ágil de uma sociedade, que construiu a oitava economia do mundo, mas não consegue organizar uma gerência minimamente eficiente, para cuidar bem de seus próprios interesses.

A pessoa que realizou idéia tão absurda não deve ter a noção mais ínfima de como funciona a representatividade numa democracia. A colheita de depoimentos aleatórios, no meio do "povo", e seu encaminhamento aos constituintes como contribuição é de uma ingenuidade que beira a simples estupidez, mas também pode ser fruto da má fé. Um estatístico descobriria que a maior parte dos paulistas ouvidos sugeriu a pena de morte e que muitas pessoas reivindicam aposentadoria logo aos 25 anos de serviço. Evidentemente, a Justiça brasileira é tão precária, tão lenta e tão deficiente que a pena de morte é uma temeridade que Constituinte nenhuma pode se dar ao luxo de incluir num texto importante como a Constituição. Por outro lado, a aposentadoria aos 25 anos é uma reivindicação pessoal, compreensível quando partida de um indivíduo, mas absolutamente ilógica se se pensar no estado de carência em que vegeta a sociedade brasileira, que precisa aumentar a potencialidade de utilização de sua força de trabalho e não estreitar o tempo vital da capacidade produtiva de seus membros.

A pena de morte e a aposentadoria não são temas vitais para discussão na

Constituinte. Eles estão aqui apenas sendo citados como exemplos de como o melhor destino que os 559 constituintes podem dar à publicação pretensiosa e absurda da Secretaria de Descentralização e Participação, que solenemente Franco Montoro levou a Ulysses, é o cesto de lixo. Apesar de utilizar prodigamente papel e tinta pagos pelo contribuinte paulista, o livro não pode merecer destino mais nobre, pois sua consulta por algum ingênuo pode dar uma idéia falsamente confusa do que é e do que pensa o povo que o elegeu.

Esse assembleísmo petista, que decide greves de milhares em comícios de centenas, pode ter conseqüências mais nefastas para a discussão prévia da Constituição do que a prolixidade enfatuada do anteprojeto Afonso Arinos ou até mesmo do que as atrapalhadas tentativas de intromissão do governo federal no trabalho de um Congresso-Constituinte, que deveria atuar livre e soberanamente imune a esse gênero de pressões ilegítimas.

Os autores da estapafúrdia idéia da coletânea aleatória de sugestões estão contribuindo de forma definitiva para a confusão que, pelo menos instantaneamente, se instalou no Congresso-Constituinte, transformado numa espécie de "super-pinga-fogo" com fórum qualificado. Mas a nação, do lado de cá, ainda pode alimentar esperanças de que o trabalho parlamentar volte a ter um mínimo de organização para render algo concreto. É compreensível que, antes de serem estabelecidos regimentos e regulamentos que viabilizem a discussão, o plenário pareça meio conturbado. O que não é aceitável é que homens investidos de poder legítimo — caso do governador de São Paulo — tentem interferir no processo com esse tipo descabido de populismo assembleísta, que tenta eliminar a visão de conjunto para privilegiar o detalhe.

Diz a sabedoria popular que a palavra é de prata e o silêncio vale mais, pois é de ouro. Ao entrar inoportunamente no debate, na voz do livro da Secretaria de Descentralização e Participação, o governo de São Paulo apenas perdeu uma excelente ocasião de contribuir com sua valiosa omissão e seu aguardado silêncio.

José Nêumanne Pinto é editor de Política de "O Estado de S. Paulo"